
	<p>Prefeitura Municipal de Sobral Secretaria da Ouvidoria, Controladoria e Gestão Universidade Estadual do Ceará – UECE Comissão Executiva do Vestibular - CEV</p> <p>Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargos Efetivos com lotação em Secretarias Municipais do Município de Sobral e Formação de Cadastro de Reserva Edital Nº 02/2018 – SECOG/PMS, 13 de abril de 2018</p>	
--	---	---

PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE **AUDITOR DE CONTROLE INTERNO** **AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

DATA DA APLICAÇÃO: 22 DE JULHO DE 2018

DURAÇÃO: 4 HORAS

INÍCIO: 9 HORAS TÉRMINO: 13 HORAS

Nome: _____	Data de Nascimento: _____
Nome de sua mãe: _____	
Assinatura: _____	Sala Nº _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

Ações edificantes permanecem.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém:

- Língua Portuguesa – 10 questões;
- História de Sobral – 05 questões;
- Informática – 05 questões;
- Conhecimentos Específicos – 50 questões.

NÚMERO DO GABARITO

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 3, que é o número do gabarito deste caderno de prova. Essa informação também se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa:

- a FOLHA DE RESPOSTAS preenchida e assinada;
- o CADERNO DE PROVA.

IMPORTANTE!

- SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO, NA PROVA, AO CANDIDATO QUE NÃO ENTREGAR SUA FOLHA DE RESPOSTAS.
- OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ENCONTRAM-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 70 questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa da prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. A folha de respostas não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a. copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b. marcar, na folha de respostas, pintando completamente, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c. assinar a folha de respostas 2 (duas) vezes.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item **5 b**), indicando a letra da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Sobral o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a. não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número;
 - b. não assinar a folha de respostas;
 - c. marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova;
 - d. fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, **o gabarito oficial preliminar** e **o enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 14 horas do dia 23 de julho de 2018 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir das 17 horas do dia 30 de julho de 2018.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Sobral.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar, dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos, gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo e objetos de qualquer natureza (moedas, clips, grampos, cartões magnéticos, carteira de cédulas, lenços, papéis, anotações, panfletos, lanches, etc.) que estejam nos bolsos de suas vestimentas, pois estes deverão estar vazios durante a prova. Todos esses itens serão acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.
12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
13. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
14. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com o inciso VII do subitem **7.18** do Edital que rege o Certame.
15. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Sobral, de acordo com o inciso IX do subitem **7.18** do Edital que rege o Certame.
16. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas.
17. Os recursos relativos à Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com as instruções disponibilizadas no endereço eletrônico www.uece.br/cev.

LÍNGUA PORTUGUESA

COLUNA DE JUAN ARIAS (24/04/2018)

*Qual é a única coisa que une os brasileiros e que o poder
prefere esconder?*

1 Será verdade que, como injustamente se
2 divulga no exterior, os brasileiros estão
3 divididos em tudo? Que nada é capaz de unir
4 os cidadãos de um lado e do outro do arco
5 político? Há dois brasis irreconciliáveis em
6 tudo? A julgar pelos resultados da última
7 pesquisa nacional do Datafolha, a resposta é
8 não.

9 De acordo com essa pesquisa, quem aposta
10 em um Brasil dividido em tudo deve se sentir
11 frustrado. Existe um tema que vem
12 incendiando a opinião pública nos últimos
13 anos e que se intensificou com a condenação
14 e prisão de Lula: o apoio à Lava Jato, cuja
15 continuidade é defendida por 84% dos
16 brasileiros. Apenas insignificantes 12%
17 acham que deve terminar. O Brasil todo
18 parece unido na luta contra a corrupção e
19 contra as tentativas de “estancar a sangria”,
20 sonho de tantos políticos e poderosos e até
21 mesmo de boa parte do Supremo Tribunal
22 Federal. (...)

23 Outro dado importante de uma pesquisa
24 anterior do Datafolha confirma que os
25 brasileiros concordam, quase unanimemente,
26 que a Lava Jato deve seguir seu caminho:
27 em 22 anos, é a primeira vez que a
28 corrupção é a maior preocupação do país.
29 Não é a violência? Não. A corrupção já
30 preocupava quatro vezes mais em 2015. E a
31 educação? Também não. Preocupa quatro
32 vezes menos que a corrupção. Não seria
33 economia, ou o desemprego, a maior
34 preocupação dos brasileiros? Não, a
35 corrupção preocupa cinco vezes mais. E a
36 saúde, a angústia das filas nos hospitais?
37 Nem isso. A corrupção interessa duas vezes
38 mais que a saúde.

39 Será que os pré-candidatos à
40 presidência tomaram consciência de que a
41 sociedade como um todo, pobres e ricos,
42 continua a favor da luta contra a corrupção?
43 E os governadores, senadores e deputados
44 que pretendem ser reeleitos? Terão
45 percebido os excelentíssimos magistrados do
46 Supremo que a única coisa que parece unir
47 os brasileiros é a luta contra a corrupção, e
48 quase 60% defendem a prisão após
49 condenação em segunda instância sem
50 esperar pelos recursos a instâncias
51 superiores? E que a grande maioria é contra

52 e, pelo que tudo indica, vai permanecer
53 contra o foro privilegiado?
(...)

54 Não é segredo que, no Brasil, antes da Lava
55 Jato, a Justiça procurava ser humana e
56 respeitosa com os condenados importantes,
57 para quem a presunção de inocência deveria
58 ser sagrada. O condenado sem nome
59 tornava-se, por outro lado, um número frio e
60 sem alma.

61 Um povo que foi capaz de metabolizar sem
62 dramas nem tumultos a prisão de Lula e dos
63 grandes industriais do país acusados de
64 corrupção talvez seja mais solidamente
65 democrático e socialmente mais saudável do
66 que uma minoria exaltada se esforça para
67 negar. Se for esse o caso, é uma injustiça
68 grave apresentar, no exterior, um Brasil à
69 beira de um descarrilamento democrático,
70 um golpe militar ou uma guerra civil, como vi
71 escrito em jornais sérios. É injusto porque é
72 falso. O que o mundo deve saber é que, no
73 Brasil, até os mais pobres estão mais
74 preocupados com a corrupção dos poderosos
75 do que com a própria economia, algo que só
76 seria concebível em países com velhas raízes
77 democráticas.

78 Às vezes, chego a pensar que este país pode
79 até dar uma reviravolta na teoria de Murphy,
80 segundo a qual “se algo pode dar errado,
81 dará”. Talvez seja capaz de interpretar essa
82 lei pessimista mudando-a para o lado
83 positivo: “se algo pode dar certo, dará”. E se
84 nas próximas eleições, apesar de todo o
85 pessimismo, acabar, por exemplo,
86 acontecendo o melhor?

Fonte:
[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/24/opinio
n/1524576905_686832.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/24/opinio-n/1524576905_686832.html). Acesso
em 03/06/2018. Adaptação.

01. Com base no texto, é correto afirmar que o
colunista

- A) demonstra-se otimista em relação ao destino do país.
- B) apresenta a resposta para a pergunta feita no título logo no primeiro parágrafo.
- C) cita com neutralidade o que é divulgado sobre os brasileiros no exterior.
- D) desenvolve sua argumentação por meio de perguntas retóricas que não são respondidas.

02. No que concerne ao propósito comunicativo do texto, é correto afirmar que o colunista

- A) alerta os pré-candidatos a cargos públicos e eletivos quanto à preocupação maior da sociedade com a educação, saúde, economia.
- B) tem claramente o objetivo de desconstruir uma concepção errônea a respeito do Brasil no exterior.
- C) utiliza os dados da pesquisa Datafolha para comprovar a positividade da visão que se tem do Brasil no exterior.
- D) denuncia que até hoje, no Brasil, a Justiça é humana e respeitosa com os condenados importantes, mas não com o cidadão anônimo.

03. A respeito do pronome destacado na frase “Nem **isso**” (linha 37), é correto afirmar que

- A) acrescenta um valor semântico de gradação.
- B) apresenta valor semântico de “acréscimo de um dado novo”.
- C) retoma a última pergunta feita anteriormente.
- D) refere-se às perguntas e respostas apresentadas anteriormente.

04. Assinale a opção que difere de como a expressão “Lava Jato” é vista ao longo do texto.

- A) segurança para políticos e poderosos
- B) redenção da corrupção
- C) representação do anseio maior do povo
- D) marco de mudança de atitude da Justiça

05. Assinale a opção em que uma das três palavras apresentadas tem acentuação explicada por uma regra diferente da que é comum às outras duas.

- A) país – países – raízes
- B) angústia – sérios – inocência
- C) será – até – após
- D) saúde – única – últimas

06. **NÃO** há preposição em

- A) “...chego a pensar...” (linha 78).
- B) “...o apoio à Lava Jato,...” (linha 14).
- C) “...‘estancar a sangria’,...” (linha 19).
- D) “Será que os pré-candidatos à presidência tomaram consciência...” (linhas 39-40).

07. Assinale a opção que apresenta a forma flexionada do verbo “ir”.

- A) “Se for esse o caso, é uma injustiça... (linha 67)
- B) “... pelo que tudo indica, vai permanecer contra o foro privilegiado?” (linhas 52-53)
- C) “Um povo que foi capaz de metabolizar sem dramas nem tumultos a prisão de Lula...” (linhas 61-62)
- D) “...talvez seja mais solidamente democrático e socialmente mais saudável...” (linhas 64-65)

08. Assinale a palavra cujo processo de formação se diferencia das demais opções.

- A) insignificante
- B) descarrilamento
- C) irreconciliáveis
- D) consciência

09. Existe uma conjunção integrante em

- A) “Às vezes, chego a pensar que este país pode até dar uma reviravolta...” (linhas 78-79).
- B) “Existe um tema que vem incendiando a opinião pública...” (linhas 11-12).
- C) “...em 22 anos, é a primeira vez que a corrupção é a maior preocupação do país” (linhas 27-28).
- D) “Um povo que foi capaz de metabolizar sem dramas nem tumultos a prisão de Lula...” (linhas 61-62).

10. Assinale a opção em que existe erro de concordância verbal.

- A) Parte dos ministros do STF sonham em “estancar a sangria”.
- B) Cada um dos magistrados devem perceber a luta dos brasileiros contra a corrupção.
- C) 84% dos brasileiros defendem a continuidade da Lava Jato.
- D) Apenas 12% do Brasil acha que deve terminar.

HISTÓRIA DE SOBRAL

11. O Museu do Eclipse na cidade de Sobral, importante equipamento cultural que preserva a memória do célebre eclipse total do sol, ocorrido, no ano de 1919, na dita cidade, foi construído pelo prefeito

- A) Joaquim Barreto Lima.
- B) Leônidas de Menezes Cristino.
- C) José Clodoveu de Arruda Neto (Veveu).
- D) Cid Ferreira Gomes.

12. Atualmente, a Diocese de Sobral tem como bispo

- A) Dom Odelir José Magri.
- B) Dom Aldo Di Cillo Pagoto.
- C) Dom José Luiz Gomes de Vasconcelos.
- D) Dom Fernando Saburido.

13. O Hospital Regional Norte Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior presta assistência hospitalar em alta complexidade à população de Sobral e moradores de mais 54 municípios da região. Esse hospital foi construído e inaugurado na administração do governador

- A) Cid Ferreira Gomes.
- B) Lúcio Gonçalo de Alcântara.
- C) Ciro Ferreira Gomes.
- D) Tasso Ribeiro Jereissati.

14. Sobre as realizações de Dom José Tupinambá da Frota, em Sobral, é correto afirmar que ele fundou as seguintes instituições:

- A) Patronato Imaculada Conceição, Rádio Tupinambá, Museu do Eclipse.
- B) Santa Casa de Misericórdia, Museu Diocesano, Correio da Semana.
- C) Abrigo Coração de Jesus, Fábrica de Cimento, Seminário São José.
- D) Hospital do Coração, Colégio Sobralense, Colégio Sant'Ana.

15. O Teatro São João, inaugurado no dia 26 de setembro de 1880, na cidade de Sobral, é um órgão cultural pertencente

- A) ao Governo Federal.
- B) ao Estado do Ceará.
- C) à Diocese de Sobral.
- D) ao Município de Sobral.

INFORMÁTICA

16. Atente ao que se diz a seguir sobre Internet e assinale com **V** o que for verdadeiro e com **F** o que for falso.

- SafeSearch* é um recurso disponível no site de buscas Google que permite filtrar resultados excluindo *links* que contenham linguagem explícita, como por exemplo, *sites* pornográficos.
- CAPTCHA é um procedimento de segurança adotado por diversos *sites* que consiste em testar se o usuário é humano, geralmente por meio de imagens distorcidas, buscando evitar acessos realizados de forma automática.
- A Extranet é um tipo de acesso extraordinário à Intranet que não se utiliza da Internet.
- DNS é um protocolo de segurança que protege a troca de dados em uma navegação na Intranet, criptografando senhas.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- A) V, F, V, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, F, V.

17. O programa que é capaz de se replicar automaticamente pelas redes, enviando autocópias de um computador para outro, sem necessariamente precisar de um programa hospedeiro para isso é denominado

- A) spyware.
- B) phishing.
- C) spoofing.
- D) worm.

18. Atente às seguintes afirmações a respeito das memórias e processadores de computadores.

- I. O armazenamento em HDD é feito através de discos ópticos/magnéticos, enquanto em SSD é composto por circuitos integrados.
- II. A Unidade de Controle de um processador tem como função realizar as operações aritméticas e lógicas de um processamento.
- III. A memória *cache* tem como objetivo potencializar o desempenho do processador, aumentando a velocidade de transferência com a memória principal.
- IV. O barramento de dados é um dispositivo através do qual são efetuadas as trocas de informações e dados no computador.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, III e IV apenas.
- C) II, III e IV apenas.
- D) I e II apenas.

19. Considere a seguinte planilha eletrônica Calc do LibreOffice 6, onde são mostradas as colunas A, B e C e as linhas 1 a 5:

	A	B	C
1	10	7	
2	12	7	
3	3	13	
4	1	3	
5			=MÍNIMO(13; SOMA(MÍNIMO(A1:A3); MÁXIMO(B1:B4)))

Assinale a opção que apresenta corretamente o resultado exibido na célula C5 após a execução da expressão =MÍNIMO(13;SOMA(MÍNIMO(A1:A3);MÁXIMO(B1:B4))).

- A) 13.
- B) 14.
- C) 16.
- D) Apresenta uma mensagem de erro.

20. Considerando as teclas de atalho do navegador Google Chrome, analise as seguintes afirmações:

- I. O atalho ALT + TAB acessa a próxima guia aberta à direita.
- II. O atalho Ctrl + *shift* + T reabre a última guia fechada.
- III. O atalho ALT + seta para a esquerda retorna à página anterior do histórico de navegação da aba atual.

É correto o que se afirma somente em

- A) I.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. À luz das Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, é correto afirmar que

- A) a Auditoria Externa tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos.
- B) a atividade da Auditoria Interna Contábil está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado.
- C) a Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, visando, prioritariamente, à descoberta de fraudes, com vistas a assistir os órgãos de controle da administração pública.
- D) é dever da Auditoria, seja ela Interna ou Externa, apresentar recomendações de soluções para as conformidades contábeis apontadas nos relatórios.

22. No que diz respeito às operações de crédito por antecipação de receita, é correto afirmar que

- A) podem ser realizadas no início do exercício, mas sua liquidação deverá ocorrer até o último dia útil do ano em que for realizada a contratação.
- B) quando autorizadas por lei, serão permitidas, mesmo se existirem operações anteriores da mesma natureza não integralmente resgatadas.
- C) são destinadas a atender insuficiência de caixa durante o mandato do Chefe do Poder Executivo responsável pela contratação.
- D) não serão autorizadas se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir.

23. Sobre os papéis de trabalho da Auditoria Interna, é **INCORRETO** afirmar que

- A) constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos no curso da Auditoria.
- B) devem ter sua integridade verificada, pelos órgãos de controle, quando houver a necessidade de anexá-los ao balanço patrimonial e às demais demonstrações contábeis.
- C) devem ter abrangência e grau de detalhes suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados.
- D) têm por finalidade evidenciar os exames realizados e dar suporte à opinião do auditor, críticas, sugestões e recomendações.

24. As limitações de um trabalho de Auditoria **NÃO** decorrem da

- A) natureza das informações contábeis.
- B) natureza dos procedimentos de auditoria.
- C) capacidade de o auditor reduzir a zero o risco de auditoria.
- D) necessidade de a auditoria ser conduzida num período de tempo razoável.

25. Considerando os testes de observância, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) Evidenciam, quanto à suficiência e exatidão, a validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.
- B) Na sua aplicação, devem ser considerados os procedimentos de inspeção, observação, investigação e confirmação.
- C) Permitem ao auditor interno obter subsídios para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.
- D) Visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento.

26. A evidência de auditoria é necessária para

- A) dar legitimidade às demonstrações contábeis auditadas.
- B) sustentar a opinião e o relatório do auditor.
- C) dar respaldo à continuidade da administração.
- D) subsidiar o trabalho dos órgãos de controle.

27. Sobre a intervenção do Estado na economia, assinale a afirmação **FALSA**.

- A) O Estado só explora diretamente a atividade econômica nos casos de imperativo de segurança nacional e de relevante interesse coletivo.
- B) Cabe ao Estado a prestação de serviço público diretamente ou sob o regime de concessão e permissão.
- C) O Estado exerce, na forma da lei, as funções de incentivo, fiscalização e planejamento.
- D) A Constituição Federal diz que o planejamento é determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

28. Assinale a opção que apresenta um exemplo de imposto direto.

- A) Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS).
- B) Imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- C) Imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU).
- D) Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

29. A técnica de incidência de alíquotas variadas, cujo aumento se dá na medida em que se majora a base de cálculo de impostos é expressamente prevista na Constituição Federal, quando esta diz que o Imposto sobre

- A) propriedade territorial urbano e terá alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- B) propriedade territorial rural será progressivo e suas alíquotas serão fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- C) renda e proventos de qualquer natureza poderá ser cobrado com base nos critérios da generalidade, universalidade e progressividade, na forma da lei.
- D) serviços de qualquer natureza poderá ter alíquotas mínimas e máximas, fixadas em lei complementar federal.

30. De acordo com as Finanças Públicas, tem natureza extrafiscal, o imposto sobre

- A) propriedade de veículos automotores.
- B) renda e proventos de qualquer natureza.
- C) serviços de qualquer natureza.
- D) produtos industrializados.

- 31.** Por expressa determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará alertará as Prefeituras e Câmaras Municipais quando constatar que
- A) os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei.
 - B) o montante da despesa total com pessoal ultrapassou o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento), respectivamente.
 - C) o resultado da execução orçamentária do exercício pode estar comprometido em razão dos indícios de irregularidades já constatados.
 - D) os montantes das dívidas, operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima dos limites legais.

- 32.** Classifica(m)-se como despesas por mutação patrimonial
- A) as despesas com pessoal e encargos.
 - B) as despesas com serviços de terceiros.
 - C) a aquisição de material de consumo para estoque.
 - D) os juros e encargos da dívida pública.

- 33.** São ingressos que **NÃO** caracterizam receitas orçamentárias
- A) as entradas não compensatórias no passivo financeiro.
 - B) as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - C) as transferências voluntárias recebidas por meio de convênios celebrados.
 - D) os tributos recebidos que, por erro no planejamento, não foram previstos na Lei Orçamentária.

- 34.** A compra de mercadorias a prazo, para revenda, realizada por empresa que adota o sistema de inventário permanente, gera o seguinte lançamento contábil:
- A) Debitar a conta "Compras" e Creditar a conta "Duplicatas a pagar".
 - B) Debitar a conta "Custos de aquisição" e Creditar a conta "Duplicatas a pagar".
 - C) Debitar a conta mista "Mercadorias" e Creditar a conta "Fornecedores".
 - D) Debitar a conta "Estoques" e Creditar a conta "Fornecedores".

35. As características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira são:

- A) relevância e representação fidedigna.
- B) comparabilidade e objetividade.
- C) compreensibilidade e consistência.
- D) tempestividade e materialidade.

36. Com base na Equação Fundamental do Patrimônio, assinale a opção que corresponde à equação que configura passivo descoberto.

- A) Ativo = Passivo Exigível + Situação Líquida
- B) Passivo Exigível = Ativo - Situação Líquida
- C) Situação Líquida = Ativo + Passivo Inexigível
- D) Situação Líquida = Ativo - Passivo Exigível

37. Assinale a opção que apresenta exemplo de fato administrativo misto aumentativo.

- A) Compras a prazo de mercadorias para revenda.
- B) Vendas a vista de mercadorias para revenda.
- C) Pagamento de duplicatas com juros.
- D) Recebimento de duplicatas com desconto.

38. De acordo com a Lei nº 6.404/76, as contas do ativo devem ser classificadas em ordem

- A) crescente do grau de exigibilidade.
- B) crescente do grau de relevância para a entidade.
- C) decrescente do grau de liquidez.
- D) decrescente dos valores por elas apresentados.

39. A compra de móveis e utensílios, para uso da empresa, dando 40% (quarenta por cento) de entrada e o restante em 03 (três) parcelas, mensais e iguais, sem juros, gera, no ato da compra, um lançamento contábil de

- A) segunda fórmula.
- B) primeira fórmula.
- C) quarta fórmula.
- D) terceira fórmula.

40. A importância que, por força da Lei nº 6.404/76, só poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital denomina-se reserva

- A) de capital.
- B) de contingências.
- C) legal.
- D) estatutária.

41. Os demonstrativos contábeis que apresentam, respectivamente, o resultado econômico e a estática do patrimônio, em dado momento, são

- A) o balanço orçamentário e a demonstração das mutações patrimoniais.
- B) o balanço orçamentário e a demonstração do fluxo de caixa.
- C) a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e o balanço patrimonial.
- D) a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial.

42. Por expressa determinação da Lei nº 6.404/76, integram o ativo não circulante das companhias,

- A) as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- B) as participações permanentes em outras sociedades.
- C) os bens financeiramente disponíveis em caixa e/ou bancos.
- D) os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

43. A demonstração de resultado do exercício discriminará

- A) as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, que não se caracterizem como despesa.
- B) as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.
- C) o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores, a correção monetária do saldo inicial e as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício.
- D) o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

44. Equiparam-se a Operações de Crédito:

- A) abertura de crédito e arrendamento mercantil.
- B) emissão e aceite de título.
- C) assunção, reconhecimento ou confissão de dívidas.
- D) mútuo e Aquisição financiada de bens.

45. No que diz respeito ao aspecto orçamentário, a que se refere o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, editado pelo Tesouro Nacional, os registros de natureza orçamentária **NÃO** são base para a elaboração do

- A) Balanço Financeiro.
- B) Balanço Orçamentário.
- C) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
- D) Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

46. Sobre a contabilização do FUNDEB, é correto afirmar que

- A) todos os recursos recebidos do Fundo devem ser controlados separadamente por fonte/destinação de recursos ou detalhamento da natureza de receita, de acordo com a origem dos recursos.
- B) a contabilização dos impostos que compõem a base de Cálculo do FUNDEB deve ser feita pelos seus valores líquidos, ou seja, já deduzidos os valores destinados ao referido Fundo.
- C) o recebimento de recursos do Fundo deverá ser registrado orçamentária e patrimonialmente como variação ativa resultante da execução orçamentária.
- D) do ponto de vista orçamentário, a realização da receita orçamentária do Fundo só deverá ser registrada no momento em que for, definitivamente, conhecida sua base de cálculo.

47. A baixa de créditos inscritos em dívida ativa pelo cancelamento administrativo ou judicial da inscrição provoca variação

- A) ativa extraorçamentária, afetando os balanços financeiro e patrimonial.
- B) passiva independente da execução orçamentária, reduzindo o resultado patrimonial.
- C) ativa independente da execução orçamentária, sem alteração no balanço orçamentário.
- D) passiva extraorçamentária, reduzindo os resultados orçamentário e patrimonial.

48. Supondo que determinada despesa orçamentária foi legalmente empenhada e inscrita em restos a pagar no ano X1, mas no ano seguinte foi cancelada. Este fato contábil representa uma

- A) insubsistência ativa.
- B) superveniência ativa.
- C) insubsistência passiva.
- D) superveniência passiva.

49. É INCORRETO afirmar que as Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público são as exigidas por força das normas

- A) brasileiras de contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- B) de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- C) gerais de Direito Financeiro, previstas em lei.
- D) editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, aplicadas, inclusive, aos municípios.

50. Segundo a Lei nº 4.320/64, os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida), os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos da tesouraria integram o(a)

- A) dívida consolidada.
- B) dívida fundada.
- C) passivo financeiro.
- D) passivo circulante.

51. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal conterá

- A) o demonstrativo de apuração da receita corrente líquida, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício.
- B) o comparativo, com os limites legais, dos montantes da despesa total com pessoal, dívidas consolidada e mobiliária, bem como das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- C) o montante das receitas, por fonte, informando as realizadas e a realizar, a previsão atualizada, bem como o montante das disponibilidades de caixa do Tesouro.
- D) o quadro comparativo das despesas por grupo de natureza, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada no exercício, além dos restos a pagar liquidados e não liquidados.

As questões de números 52 a 55 devem ser respondidas considerando os valores cobrados em cada uma delas e tendo em conta as seguintes informações:

- O orçamento anual foi aprovado com equilíbrio orçamentário da ordem de R\$ 1.000,00;
- Foram reabertos créditos adicionais com base no saldo existente de R\$ 400,00;
- Os créditos adicionais abertos com recursos de anulação de dotações somaram R\$ 200,00;

- Os créditos adicionais abertos com outras fontes de recursos totalizaram R\$ 300,00;
- A receita orçamentária arrecadada atingiu a cifra de R\$ 1.800,00;
- 2/3 (dois terços) da despesa empenhada foram liquidados, fechando o exercício com um saldo de empenhos a liquidar da ordem de R\$ 500,00.
- Os pagamentos de despesas atingiram o percentual de 80% (oitenta por cento) e só foram efetuados depois ordenados após sua regular liquidação.

52. Ao final do exercício financeiro, houve economia orçamentária no valor de

- A) R\$ 200,00.
- B) R\$ 500,00.
- C) R\$ 300,00.
- D) R\$ 400,00.

53. Os créditos adicionais que provocaram desequilíbrio orçamentário durante a execução do orçamento totalizaram

- A) R\$ 500,00.
- B) R\$ 700,00.
- C) R\$ 400,00.
- D) R\$ 600,00.

54. Ao final do exercício financeiro, houve excesso de arrecadação da ordem de

- A) R\$ 900,00.
- B) R\$ 500,00.
- C) R\$ 800,00.
- D) R\$ 600,00.

55. Ao final do exercício financeiro, foi constatado um superávit orçamentário de

- A) R\$ 400,00.
- B) R\$ 200,00.
- C) R\$ 500,00.
- D) R\$ 300,00.

56. A Constituição Federal proíbe a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. Nesse contexto, a norma constitucional permite que

- A) o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, possa ser utilizado como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.
- B) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- C) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e os provenientes de excesso de arrecadação sejam utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais.
- D) sejam abertos créditos adicionais por meio de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, quando, previamente, autorizados em lei orçamentária.

57. Classificam-se como Investimentos as dotações destinadas

- A) ao planejamento e à execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.
- B) à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
- C) à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.
- D) à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

58. Em matéria orçamentária, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações governamentais, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, denominam-se

- A) encargos.
- B) convênios.
- C) transferências voluntárias.
- D) operações especiais.

59. Relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará revelam a abertura de créditos adicionais suplementares, por meio de decretos executivos municipais, com aprovação “*a posteriori*” de lei específica autorizativa, convalidando esses atos. Essa prática

- A) embora seja, expressamente, vedada pela Constituição Federal, será legal, se houver a indicação prévia dos recursos correspondentes.
- B) não encontra qualquer respaldo na Constituição Federal, a qual veda, expressamente, e não prevê exceções.
- C) estará amparada pela Constituição Federal se, na referida lei municipal, contiver dispositivo que lhe dê efeitos financeiros retroativos.
- D) só estará revestida de legalidade se atender a todas as exigências previstas na Lei Federal nº 4.320/64, tais como: existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e ser precedida de exposição justificativa.

60. Sobre os estágios da despesa pública, previstos na Lei nº 4.320/64, é correto afirmar que

- A) a autorização de pagamento da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base a nota de empenho, o contrato e os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.
- B) a lei veda a realização de despesa sem prévio empenho, permite o empenho por estimativa, mas obriga a realização de empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento.
- C) a ordem de pagamento, exarada por autoridade competente, tem por fim verificar a origem do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
- D) a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

61. A classificação da despesa pública, segundo a sua natureza, compõe-se de:

- A) custeio, investimentos, inversões financeiras e transferências correntes e de capital.
- B) função, subfunção, programa, projeto ou atividade e operações especiais.
- C) categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.
- D) orçamentária, extraorçamentária e intraorçamentária.

62. Quando o Poder Público realiza pagamento de valores retidos em folha de pagamento de pessoal, a título de consignações, o valor contabilizado será evidenciado no balanço

- A) financeiro, como despesa orçamentária.
- B) financeiro, como despesa extraorçamentária.
- C) patrimonial, como dívida fluante quitada.
- D) patrimonial, como resíduos passivos quitados.

63. Analisando o modelo de balanço patrimonial, previsto no Anexo 14 da Lei nº 4.320/64, pode-se concluir corretamente que o Ativo Real resulta da soma do

- A) ativo circulante com o ativo não circulante.
- B) ativo circulante com o ativo permanente.
- C) ativo financeiro com o ativo permanente.
- D) ativo financeiro com o ativo não financeiro.

64. De acordo com as Normas Gerais de Direito Financeiro, existindo superávit patrimonial, este será evidenciado no(a)

- A) Balanço Financeiro.
- B) Balanço Patrimonial.
- C) Relatório de Gestão Fiscal.
- D) Demonstração das Variações Patrimoniais.

65. Por expressa determinação da Lei nº 4.320/64, acompanhará a Lei de Orçamento, quadro

- A) demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.
- B) demonstrando o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- C) discriminando as receitas por fontes e das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- D) discriminativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas e os programas de trabalho do Governo.

66. Assinale a opção que corresponde a um exemplo de receitas de capital.

- A) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
- B) Operação de crédito por antecipação de receita.
- C) Rendimentos de aplicações financeiras.
- D) Amortização de empréstimos anteriormente concedidos.

67. A técnica orçamentária concebida no Brasil, por força de lei, como um instrumento de planejamento, gerenciamento e controle dos recursos públicos, de forma a otimizar o cumprimento dos objetivos previamente definidos, denomina-se orçamento

- A) de base zero.
- B) de realizações.
- C) programa.
- D) tradicional.

68. O Princípio Orçamentário, expressamente, previsto em lei, que determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados, com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política, é o princípio

- A) da legalidade.
- B) da totalidade.
- C) do orçamento bruto.
- D) da universalidade.

69. Com base nas normas constitucionais, aplicadas ao Município de Sobral, é correto afirmar que

- A) as receitas destinadas aos setores de educação, saúde, segurança e saneamento serão aplicadas regionalizadamente, com base na receita corrente líquida, obedecendo à proporcionalidade populacional.
- B) caso o Legislativo, até 31 de dezembro, não tenha votado a proposta orçamentária, aplicar-se-á, para o ano subsequente, a Lei Orçamentária Anual vigente, pelos valores de edição inicial, monetariamente corrigido pela aplicação de Índice inflacionário oficial.
- C) não tendo o Legislativo aprovado a proposta orçamentária até a data prevista na Constituição Federal, será considerado como Projeto a Lei Orçamentária vigente, pelos valores de sua edição iniciais, respeitados os princípios da tributação e do orçamento.
- D) respeitado o prazo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal propondo modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não concluída a votação, em plenário, da parte cuja alteração é proposta.

70. Se determinada despesa for empenhada e, no mesmo exercício financeiro, anulada, seu valor monetário será

- A) revertido à dotação orçamentária em que se deu o empenho.
- B) considerado receita do ano em que se efetivar a anulação.
- C) jamais poderá ser novamente empenhado.
- D) lançado, num outro exercício, como despesas de exercícios anteriores.